

36° Encontro Anual da ANPOCS

Mesa Redonda: Mercado, finanças e sustentabilidade: novas perspectivas em sociologia e antropologia

Investimento e Sustentabilidade: a construção de uma nova agenda de pesquisa

Marina de Souza Sartore¹

¹ Este artigo é resultado da experiência de quatro anos de elaboração de uma tese de doutorado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre o investimento socialmente responsável no Brasil (2006-2010) assim como dos avanços do projeto temático “Um Capitalismo Financeiro Sustentável: Investimento Socialmente Responsável e o Papel do Estado” desenvolvido atualmente (2012-2014) pela autora e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq).

Resumo

Nos últimos anos, observamos o desenvolvimento e a expansão das práticas de investimento sustentável no Brasil, ou seja, de investimentos que consideram preocupações econômicas, sociais e ambientais. No entanto, pouco tem se discutido sobre esta imbricação entre investimento e sustentabilidade no espaço das finanças no âmbito das ciências sociais brasileira. Assim, a preocupação deste artigo é a de mostrar a pertinência deste objeto para as ciências sociais em geral e para a sociologia econômica em particular. Este artigo possui duas argumentações principais: (1) Que este espaço financeiro que alia investimento e sustentabilidade tem crescido no Brasil tornando-se um objeto interessante e pertinente de exploração sociológica. (2) Que a sociologia econômica de Pierre Bourdieu e os estudos sociais das finanças são arcabouços analíticos pertinentes para compreendermos esta intersecção, e, para tanto, exemplifico com o estudo de caso do Índice de Sustentabilidade Empresarial. Assim, este artigo objetiva criar as bases para que este tema entre na agenda de pesquisa das ciências sociais ampliando seu escopo de análise e, ao mesmo tempo, suscitar reflexões iniciais para possíveis discussões futuras que aliem investimentos e sustentabilidade

Palavras-Chaves: Investimento Sustentável; Mercado Financeiro; Sustentabilidade; Agenda de Pesquisa, Sociologia Econômica

Abstract

In recent years, Brazil has witnessed the development and expansion of sustainable investment practices, i.e. investments considering economic, social and environmental issues. However, little has been discussed about this link between investment and sustainability in the financial field by social scientists. Thus, the concern of this article is to show the relevance of this object to the social sciences and for the economic sociology in particular. This article has two main arguments: (1) the financial space that combines investment and sustainability has grown in Brazil and has become an interesting and relevant object for sociological exploration. (2) the economic sociology of Pierre Bourdieu and the social studies of finance analytical frameworks are relevant to understand this intersection which I illustrate with the case study of the Brazilian Corporate Sustainability Index. As a result, this article aims to give some basis to insert this topic into the social sciences research agenda, extending its scope of analysis as well as raising initial concerns for possible future discussions that combine investment and sustainability

Keywords: Sustainable Investment; Financial Market; Sustainability; research agenda; economic sociology

Introdução

Ao participar do Fórum dos Investidores realizado na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo em dezembro de 2008, ouvi de um de seus palestrantes a afirmação de que na década de oitenta, quem graduava em administração e queria trabalhar com meio-ambiente tinha que ir até a Amazônia, mas, daquele período em diante, já se poderia ir à Avenida Paulista². Mais recentemente, no decorrer dos acontecimentos da conferência para o meio-ambiente “Rio +20” em junho de 2012, o Banco Central do Brasil anunciou uma política socioambiental para todo o sistema financeiro do país como um dos resultados de sua parceria com o Ministério do Meio Ambiente (Gnaccarini, 2012).

Estes dois fatos são representativos no que concerne à construção de um novo espaço na sociedade brasileira o qual alia finanças e sustentabilidade. Realidades antes opostas em suas pretensões, cultivadas em nosso imaginário como a do financista buscando o seu lucro assim como a do ambientalista buscando a preservação do meio ambiente frente aos avanços do capital financeiro, coadunam-se em relatórios de sustentabilidade e fundos de investimento sustentáveis de bancos comerciais, em índices financeiros de sustentabilidade das empresas, em princípios de investimentos éticos.

A imbricação destas duas realidades tem dois pontos de partida importantes: a Declaração de Collevocchio assinada em 2003 por mais de duzentas organizações da sociedade civil, na qual existem seis princípios para que o sistema financeiro atue de maneira ecologicamente e socialmente responsável, e os Princípios do Equador, lançados também em 2003 com o intuito de estabelecer critérios ambientais e sociais para a concessão de crédito.

Com o passar do tempo, estas iniciativas passaram a ser expressas sob o termo “Finanças Sustentáveis” o qual, diferentes atores sociais como consultores internacionais (Strandberg, 2005), instituições internacionais (World Wildlife Fund; BankTrack, 2006) e, mais recentemente, o presidente do Banco Central do Brasil (Tombini, 2012) parecem concordar que se trata da atuação de todo o sistema financeiro considerando o seu impacto econômico, social e ambiental.

Uma das manifestações das Finanças Sustentáveis é o desenvolvimento das práticas de Investimento Socialmente Responsável (ISR) o qual considera não apenas o rendimento econômico de um investimento, mas também seu impacto social e ambiental. A constituição

² A Avenida Paulista é considerada um dos principais centros financeiros da cidade de São Paulo.

mais expressiva do mercado de Investimento Socialmente Responsável no Brasil ocorreu a partir do lançamento do Índice de Sustentabilidade Empresarial na bolsa de valores do Estado de São Paulo em 2005 (Sartore, 2010). Segundo o Instituto de Recursos e Energia da Europa (*The Energy and Resources Institute - Europe*), estima-se que do total de 585 bilhões de dólares de capitalização do mercado de capitais da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo em 2008, ao menos 7% deste valor corresponde a investimentos sustentáveis (Kumar e Sidy, 2009, p.51).

No entanto, pouco tem se discutido sobre esta imbricação entre investimento e sustentabilidade no espaço das finanças no âmbito das ciências sociais brasileira. Assim, a preocupação deste artigo é o de mostrar a pertinência deste objeto para as ciências sociais em geral e para a sociologia econômica em particular.

Este artigo possui duas argumentações principais: (1) Que este espaço financeiro que alia investimento e sustentabilidade tem crescido no Brasil tornando-se um objeto interessante e pertinente de exploração sociológica. (2) Que a sociologia econômica de Pierre Bourdieu e os estudos sociais das finanças são arcabouços analíticos pertinentes para compreendermos esta intersecção, e, para tanto, exemplifico com o estudo de caso do Índice de Sustentabilidade Empresarial (3) Por fim, nas minhas considerações finais, argumento que é possível perceber que já existe uma dinâmica “dominante” em sustentabilidade financeira que busca atuar na elaboração de políticas públicas para o país.

Neste espaço, não pretendo dar conta de todas as práticas de investimento sustentáveis nem apontar todos os potenciais analíticos possíveis da sociologia econômica. Mas creio que este artigo tem o valor de, ao evidenciar as práticas de investimento sustentável e apontar caminhos possíveis para compreendê-las, ajudar a desconstruir a crença de que pensar em finanças e sustentabilidade é uma questão de moda gerencial e por isso, não deveria fazer parte da agenda de pesquisa das ciências sociais. Ao contrário, este artigo objetiva criar as bases para que este tema entre na agenda de pesquisa das ciências sociais ampliando seu escopo de análise e, que ao mesmo tempo, suscitar reflexões iniciais para possíveis discussões futuras que aliem investimentos e sustentabilidade.

1. Investimento ético, social, sustentável: significados e manifestações objetivas

Para os mais céticos, a existência de um investidor com preocupações sociais e ambientais parece ingênua e até mesmo inexistente. No entanto, a idéia que relaciona investimento e sustentabilidade, particularmente no espaço financeiro, não é recente e se expressa na forma de investimento ético, responsável³ ou sustentável no decorrer de sua história.

A sua origem remonta ao século dezenove, principalmente nos Estados Unidos da América, quando os Metodistas e os Batistas se recusavam em investir em “ações do pecado”, ou seja, em empresas produtoras de álcool e tabaco. (Kinder, Domini, 1997). Se, em um primeiro momento, as motivações para não investir em uma empresa eram religiosas, pouco a pouco elas foram se tornando morais e éticas. Assim, no começo do século vinte surgem investimentos orientados por princípios éticos como, por exemplo, o *Fidelity Mutual Trust* criado em 1928 (atualmente, *Pioneer Fund*) o qual excluía, e ainda procura excluir, empresas atuantes com tabaco e álcool.

Por volta dos anos oitenta, principalmente na Europa, os fundos verdes passam a existir devido ao aumento das preocupações com o meio-ambiente. Diferentemente dos fundos éticos, os fundos verdes são baseados em uma idéia de investimento crítico positivo, buscando influenciar na busca de melhoria do comportamento das empresas aliando desempenho econômico e desempenho ambiental.

Estas transformações culminam em uma realidade dual: o *negative screening*, modelo composto por fundos éticos influenciados por princípios religiosos os quais determinam a exclusão de empresas para compor uma carteira de investimentos e o *positive screening*, composto por fundos de performance, os quais procuram avaliar a capacidade das empresas em contribuir para a melhoria do meio ambiente e da sociedade. Neste segundo cenário não existe a idéia de excluir previamente uma empresa devido ao seu produto e, conseqüentemente, todas passam a ser elegíveis para compor a carteira de investimentos.

Segundo Wiedeman-Goiran (2006) e Louche e Lydenberg (2006) esta dualidade, de maneira geral, reflete diferenças em contextos históricos e institucionais. Os autores usam o

³ Para uma análise mais descritiva do que é o ISR, ver Brito et all (2005). Para uma análise mais institucionalista do ISR na França, ver Déjean (2005) e por fim, para uma análise mais sociológica ver Giamporcaro (2006).

caso dos Estados Unidos, predominando o *negative screening* e o da Europa, predominando o *positive screening*. Os Estados Unidos, devido a sua formação protestante e calvinista, a sua história de contestação em movimentos sociais na década de sessenta assim como a existência de um mercado financeiro forte associado a um mercado individualista e pouco regulado, desenvolveu o investimento socialmente responsável de cunho moral no qual as questões morais e políticas se sobrepõem às questões econômicas. Por outro lado, os países europeus, com uma economia pautada no desenvolvimento do bem-estar social, com forte sindicalização, com um mercado mais regulamentado, e com o crescimento das preocupações ambientais desenvolveram a idéia de investimento sustentável de cunho mais societário, baseada na idéia de públicos interessados (*stakeholders*) e de desempenho baseado no tripé: economia, sociedade e meio-ambiente.

Embora investimentos éticos, sociais e sustentáveis coexistam, parece haver uma tendência para o desenvolvimento dos dois últimos tipos. Louche (2004, p. 184), em seu estudo sobre os investimentos éticos na Holanda, constatou que até o ano de 1990, os investimentos eram chamados de “éticos”. Posteriormente, passaram a ser chamados predominantemente de “sociais” e/ou “sustentáveis”. Outra evidência desta transformação é o caso do *Pax World Fund*, o primeiro fundo em investimentos socialmente responsável criado nos Estados Unidos em 1971 adotando, naquele momento, o *negative screening*. No entanto, em 2003/04, o fundo foi flagrado pela *Securitie Exchange Comission* (SEC) investindo em ações, que por seus princípios éticos, estariam banidas de seu portfólio. (Lieber, 2008) Atualmente, o fundo se chama *Pax World Balanced Fund* e adota a idéia de investimento sustentável focando o meio-ambiente, a sociedade e a governança (*Environmental, Social, Governance- ESG*⁴). Apesar desta distinção mais recente, mas ainda muito nebulosa entre investimento socialmente responsável e sustentável, a oposição principal que se manifesta é entre a idéia de investimento ético versus social/sustentável. Por isso, para este artigo, o termo Investimento Socialmente Responsável e Investimento Sustentável são utilizados de forma análoga, significando o investimento com preocupações econômicas, sociais e ambientais.

⁴ A crítica aos investimentos éticos e o enaltecimento do investimento sustentável pode ser evidenciada na fala do presidente do Pax World Management Corp. em seu discurso na Conferência de Investimento Sustentável (*Sustainable Investing Conference*) em 2008. (Keefe, 2008).

Segundo o último estudo da Eurosif (2010), rede europeia formada pela união de oito fóruns nacionais de investimento sustentável (França, Alemanha, Itália, Holanda, Inglaterra, Bélgica, Espanha e Suécia), o mercado de Investimento Socialmente Responsável na Europa cresceu de €2,7 trilhões para quase €5 trilhões entre 2007 e 2009, um crescimento de 87%. Nos Estados Unidos, dados apresentados pelo Forum para o investimento responsável e sustentável (US SIF, 2012) estimam que atualmente, do total de US\$25,2 trilhões dos investimentos, US\$3,07 são ISR, o que equivale a 12% do total dos investimentos no país.

O Brasil não possui um fórum de investimento socialmente responsável de forma análoga ao norte-americano e aos países europeus. No entanto, é possível demonstrar que o ISR tem se constituído no Brasil. A realidade brasileira apresenta evidências da implementação das idéias do Investimento Socialmente Responsável através dos fundos de investimento éticos, sociais ou ambientais, índices de sustentabilidade nas bolsas de valores, princípios de investimento responsáveis que, por si só, configuram instigantes objetos de pesquisa.

Fundos de investimentos éticos, sociais ou ambientais

No Brasil, a década de 90 foi marcada pela aceleração do processo de concentração bancária e pelo aumento de instituições financeiras internacionais atuando no país (Minella, 2009). O primeiro fundo ético lançado no Brasil, e também na América Latina, surgiu como resultado deste processo de concentração bancária quando o banco ABN holandês comprou o Real. Segundo Buosi⁵ (2008), a partir da idéia de reestruturar o Banco Real, cada área se mobilizou para incorporar o conceito de sustentabilidade, e a área de gestão de ativos lançou o Fundo Ethical⁶ em 2001.

O Fundo Ethical possui um misto de fundo ético e social, pois, ao mesmo tempo em que foi lançado pelo pressuposto da exclusão de empresas produtoras de tabaco, álcool, energia nuclear e jogos de azar, considerava aspectos como rentabilidade, a responsabilidade

⁵ Buosi é analista-chefe do Fundo Ethical e foi entrevistada pela autora em dezembro de 2008. A entrevista foi gravada e arquivada.

⁶ Para uma análise mais profunda sobre os fundos éticos no Brasil, em particular o fundo Ethical, ver dissertação de mestrado de Dias (2008)

social empresarial, o meio ambiente e a governança corporativa (c.f. Scharf e Galindo, 2001).

É interessante observar a sua construção social positiva através da mídia de negócios nos primeiros cinco meses de existência do fundo e nos dias de hoje: “Responsabilidade Social ultrapassa o Ibovespa médio⁷” (Dadono, 2002), “Fundo Ethical mostra a melhor performance do portfólio do ABN” (Vieira, 2002). Em 2011, o fundo completou dez anos de existência, acumulando um rendimento de 30% superior ao Ibovespa (Bevilacqua, 2011). Em março de 2012, o fundo tinha um patrimônio de R\$ 283,3 milhões frente aos R\$254,6 milhões acumulados em dezembro de 2011. (Penteado citado por Investidor Institucional, 2012).

Enquanto o Fundo Ethical configura em uma das primeiras atividades aliando investimento e sustentabilidade no espaço financeiro brasileiro, em dezembro de 2005, a bolsa de valores do estado de São Paulo criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), o qual possibilitou um crescimento mais substantivo deste mercado no país. O próximo tópico deste artigo se dedica a este e outro índice. Para o momento, é importante ressaltar que após o lançamento do ISE, ao menos seis fundos de investimento foram criados: (2005) o Fundo de Ações BB ISE [*hoje, BB Ações ISE Jovem*] e o Fundo de Investimento de Ações ISE [*hoje, HSBC FIC Ações Sustentabilidade*], (2006) o Bradesco Prime FIC FIA ISE e o Safra ISE, o Caixa FI Ações ISE em 2007, Bradesco FIC FIA Planeta Sustentável em 2008, dentre outros⁸. Estes seis fundos, excetuando-se o ISE Safra, totalizam um Patrimônio Líquido de R\$ 91.148.694,61 milhões segundo dados divulgados nos relatórios mensais de rentabilidade de julho⁹ de 2012 produzidos pelos próprios bancos.

Mais recentemente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou a criação do Fundo Clima, com lançamento previsto para dezembro de 2012. Segundo informações disponíveis em sua página institucional, este fundo tem por objetivo “apoiar a implantação de empreendimentos, a aquisição de máquinas e equipamentos e o desenvolvimento tecnológico, relacionados à redução de emissões de

⁷ Recolho estes dados dos jornais de negócios, os quais, em sua maioria, reproduzem os dados apresentados pelos próprios bancos comerciais.

⁸ Antes do ISE, o então Banco Itaú lançou o Fundo Excelência Social, em 2004.

⁹ Excetuando-se a Caixa cuja rentabilidade publicada é de março de 2012

gases do efeito estufa e à adaptação às mudanças do clima e aos seus efeitos” (BNDES, 2012). O fundo é alocado e gerido pelo BNDES em conjunto com o Ministério do Meio-Ambiente e constitui-se em uma forma de investimento socialmente responsável, em busca de melhorias para o meio-ambiente. Parte de seus recursos será destinada para investimentos reembolsáveis, ou seja, o recurso (atualmente, R\$200 milhões) é utilizado na forma de financiamento (crédito) que deve ser devolvido adicionando taxas de juros pré-determinadas¹⁰.

Bolsa de Valores e Sustentabilidade

Em dezembro de 2005, a Bolsa de Valores do Estado de São Paulo lançou o Índice de Sustentabilidade Empresarial que pretende reunir as empresas mais sustentáveis listadas na bolsa de valores¹¹. Segundo a sua página institucional, o ISE “é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BM&FBovespa sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa”. (BM&F Bovespa, 2012a) Para que as empresas possam se candidatar ao índice, elas devem estar entre as 200 ações mais líquidas da bolsa de valores e preencher o questionário de avaliação desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas com a ajuda de especialistas nas áreas de Natureza do Produto, Governança Corporativa, Economia e Finanças, Meio-Ambiente, Social e Mudanças Climáticas.

Segundo Sartore (2010), a constituição do ISE passou pelas três fases citadas por Callon e Muniesa (2003) para compreender a construção dos mercados enquanto dispositivos de cálculo: a seleção das entidades, a sua configuração e o seu resultado final. A seleção das entidades consistiu no debate sobre a prévia exclusão de empresas, o *negative screening*. O resultado deste debate levou ao triunfo do *positive screening* e da adoção do modelo que avalia as empresas pelos seus esforços considerando o tripé pessoas, planeta e lucro vistos como uma tendência mais moderna¹² de avaliação em sustentabilidade. O

¹⁰ Para maiores informações sobre as modalidades de financiamento assim como as taxas de juros aplicadas para cada uma, ver carta aos agentes financeiros públicos (Moraes, 2012).

¹¹ Para maiores detalhes sobre a constituição do ISE, ver Marcondes e Bacarji (2010).

¹² Para maiores detalhes sobre as disputas ocorridas para a constituição do índice, ver Sartore (2010), capítulo IV.

segundo debate foi sobre a metodologia do ISE, os dados seriam tratados tecnicamente para a formação da carteira. E por fim, houve um debate sobre o resultado final da carteira a qual era composta majoritariamente por bancos, colocando o caráter medidor da sustentabilidade do índice em xeque. Participaram destes debates as empresas, organizações da sociedade civil e o conselho do índice de sustentabilidade empresarial¹³.

Atualmente, a carteira do ISE conta com 51 ações de 38 companhias somando R\$961 bilhões em valor de mercado, 43,72% do total do valor das companhias com ações negociadas na bolsa (GVCes, 2012).

Cinco anos depois, em 2010, a Bolsa de Valores do Estado de São Paulo em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social criaram o Índice de Carbono Eficiente (ICO2) o qual considera a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) das empresas participantes. Segundo documento publicado pela BM&FBovespa (2012b), para participarem do índice, as empresas devem ter ações no IBrX-50, o qual reúne as ações das empresas mais negociadas na BOVESPA e devem divulgar os dados de emissão de GEE de acordo com as regras da bolsa.

Para o ano de 2012, outra evidência vem se configurando no Rio de Janeiro: a Bolsa Verde (BVRio) com o objetivo de “criar e operar um mercado de ativos ambientais como meio de promover a economia verde no Brasil” (BVRio, 2012). Segundo informações de sua página institucional, a bolsa terá dois tipos de atuação: (1) ativos ambientais, na qual negociará créditos (certificados que representam um impacto ambiental positivo) e cotas (permissões para realizar um impacto ambiental) e (2) Bolsa de Negociação, ou seja, operará como um local de negociação entre compradores e vendedores de ativos ambientais.

É interessante notar que a sua estrutura de gestão inclui um conselho deliberativo que busca ser representativo, nos mesmos moldes do ISE, com representantes de empresas (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e E2 Brasil Sócio Ambiental), ONGs (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade e Fundação Brasileira para o

¹³ Naquele momento, o ISE era composto pela Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Instituto Ethos de Responsabilidade Social, Associação Brasileira dos Fundos de Pensão (ABRAPP), Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (APIMEC), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o *International Finance Corporation* (IFC). Em 2009, entrou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Por fim, em 2012 entraram o Grupo Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON)

Desenvolvimento Sustentável) e cidadãos (Sérgio Besserman e Pedro Moura Costa), um conselho consultivo com membros do governo e da prefeitura do Rio de Janeiro e um conselho fiscal.

Em meu estudo sobre os atores sociais atuantes no mercado do investimento socialmente responsável no Brasil (Sartore, 2010) é interessante notar a questão geográfica como fator de distinção e atuação neste mercado. O fato dos atores sociais estarem em São Paulo os aproxima das idéias de investimento socialmente responsável atrelada à governança corporativa e à idéia de “públicos interessados”, ambas majoritariamente associadas aos bancos comerciais e à iniciativa privada. Por outro lado, no Rio de Janeiro, predominam as idéias de meio-ambiente e sustentabilidade associadas à esfera do setor público tanto estatal quanto não estatal. As características da Bolsa Verde e o perfil de seus protagonistas reforçam esta oposição.

Fundos de Pensão e os Princípios de Investimento Responsável

Segundo Louche and Lydenberg (2006 p.92), os fundos de pensão tiveram um papel relevante no desenvolvimento do mercado do Investimento Socialmente Responsável europeu devido ao marco regulatório¹⁴ exigindo que fundos de pensão comunicassem em que medida consideram aspectos sociais e ambientais em suas tomadas de decisão de investimento.

No entanto, para englobar investidores institucionais do mundo todo, o Pacto Global e a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o meio-ambiente (UNEP-FI) lançaram os Princípios para o Investimento Responsável (PRI) em 2006. O PRI tem como base a incorporação da idéia por parte dos signatários de que investir com critérios de governança, sociais e ambientais podem afetar positivamente a performance das carteiras de investimento funcionando como uma forma de regulação privada.

Atualmente, de um total de 1102 signatários, o PRI conta com 61 signatários brasileiros sendo 18 fundos de pensão (*asset owner*), 28 gestoras de ativos (*Investment*

¹⁴ Este tipo de regulação atingiu ao menos 9 países europeus: Inglaterra, Suécia, Alemanha, Bélgica, Itália, Áustria, Espanha, França e Holanda.

Manager) e 15 parceiros de serviços profissionais (*professional service partner*), em sua maioria consultorias (PRI, 2012). Os dez maiores fundos de pensão do Brasil participam do PRI, representando um total de 67%¹⁵ do total do patrimônio em fundos de pensão no Brasil.

Mais recentemente, a seguradora Mongeral Aegon associada à consultoria Key Associados lançaram o primeiro fundo de previdência privada sustentável. Ambas são signatárias do PRI e, através deste fundo de previdência, atuam para a formação de uma carteira de investimentos de empresas sustentáveis adotando uma abordagem de *negative screening* excluindo setores relacionados à produção de armamento, tabaco e nuclear (Previdência Sustentável, 2012).

Estas são algumas das evidências do desenvolvimento das práticas de Investimento Socialmente Responsável ou Sustentável no país. Mas como analisá-las e compreendê-las? A sessão a seguir dá pistas para que possamos responder esta questão ilustrando com o caso do ISE.

O potencial analítico da Sociologia Econômica

Sweedberg (2004, p. 7) define a sociologia econômica como a “aplicação de idéias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos – mercados, empresas, lojas, sindicatos, e assim por diante”. No entanto, principalmente a partir da década de oitenta, o mercado financeiro adquiriu uma centralidade nas economias do ocidente e conseqüentemente, seus fenômenos também passaram a ser explorados pelos métodos e conceitos sociológicos (Cetina e Preda 2005) tanto no âmbito internacional (Podolny, 2001; Baker, 1984, Godechot, 2009), quanto nacional (Minella, 1994; Grün, 2004; Müller, 2006).

Preda (2007) apresenta três vertentes sociológicas para o estudo dos mercados financeiros: a Análise Estrutural; o Novo Institucionalismo e os Estudos Sociais das Finanças. Segundo o autor, o ponto comum entre estas três vertentes é o enfoque nas relações sociais focando a formação de preços e sua volatilidade, havendo diferenciação na forma como estas relações sociais são entendidas. Apesar de ser um artigo interessante do

¹⁵ Dado criado a partir do cruzamento da lista dos fundos de pensão signatários do PRI e da lista dos 100 maiores fundos de pensão em patrimônio fornecida pela revista Exame (Wiltgen, 2012) baseada em dados fornecidos pela ABRAPP.

ponto de vista da reflexão sobre as diferentes vertentes de estudo sobre os mercados financeiros, em especial, sobre os estudos sociais das finanças, não há menção à utilidade da teoria do sociólogo Pierre Bourdieu. Para o Brasil, este é um fato interessante já que, segundo Júnior (2011), depois de Mark Granovetter, Bourdieu é o sociólogo mais citado pelos pesquisadores brasileiros em sociologia econômica.

Segundo Godechot (2009), a Sociologia das Finanças nasce com a tarefa de livrar-se do papel auxiliar tanto nas explicações econômicas sobre as crises financeiras quanto nas demonstrações das complexidades dos produtos e práticas do mercado financeiro. Mais do que isso, a sociologia das finanças procura “interrogar a existência mesma do mercado financeiro”. (Godechot, 2009, p. 2). Ou seja, a sociologia busca a compreensão das estruturas sociais assim como das configurações sociais do mercado financeiro.

Neste artigo, eu não pretendo fazer uma extensa revisão bibliográfica da literatura em sociologia das finanças, mas creio que há espaço para apontar elementos da sociologia de Pierre Bourdieu e dos Estudos Sociais das Finanças que possibilitam uma melhor compreensão da formação das práticas de investimento sustentável no Brasil. Ao fazê-lo, pretendo esboçar os potenciais analíticos destas duas vertentes assim como criar questionamentos que podem orientar novas agendas de pesquisa nas ciências sociais.

A Sociologia de Pierre Bourdieu: o campo e seus atores sociais

No caso brasileiro, a expansão das práticas de investimento sustentável no mercado financeiro está altamente associada à criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo em dezembro de 2005.

À primeira vista, estamos diante de um índice financeiro que mede a sustentabilidade das empresas, expresso em números, porcentagens e gráficos. Aos olhos do economista, estamos diante do indubitável desafio de medir o seu desempenho. Aos olhos do sociólogo da economia, influenciado pela teoria de Pierre Bourdieu, estamos diante de uma nova manifestação objetiva no campo das finanças que traz novos balanceamentos na sua estrutura de poder. Deste modo, não somente o ISE como também as outras iniciativas que o

sucedem, são estruturas objetivas que apontam para um novo pólo (mesmo que dominado¹⁶) no campo das finanças. O campo, para Bourdieu (1984, 2005) é considerado um espaço de diferenciação e distinção entre os agentes e suas propriedades *ativas*, ou seja, propriedades que se impõem a todos e são irredutíveis às intenções dos agentes individuais.

Quando recortamos o campo das finanças e focamos apenas nas práticas de investimento sustentável em um contexto de aumento das preocupações sociais e ambientais por parte de empresários e financistas, percebemos a maior estruturação de um espaço o qual chamo de *espaço das práticas sociais dos empresários*. Em Sartore (2010), argumento que as distinções e propriedades deste espaço social só ficaram mais perceptíveis após a incorporação das idéias de sustentabilidade na esfera financeira.

De modo geral, o espaço das práticas sociais dos empresários começa a sua configuração a partir da idéia de fundo religioso de “doar sem pensar em receber nada em troca” através da caridade e da filantropia dos empresários em prol da sociedade; se ramifica por um lado em São Paulo, em uma atuação mais estratégica a partir da qual o empresário mede os impactos e resultados de sua ação social através das práticas de responsabilidade social empresarial; e por outro, no Rio de Janeiro, surge uma atuação do empresariado preocupado em medir os seus impactos ambientais de longo prazo. Por fim, surge uma nova ramificação: as finanças sustentáveis.

Considero o espaço das práticas sociais dos empresários um *espaço* e não ainda um *campo*, pois as suas regras de admissão, as suas estruturas de consagração, as suas formas de acumulação de capital ainda não parecem ter adquirido uma autonomia própria para o funcionamento do *espaço* enquanto *campo*. Segundo Bourdieu (1984, p. 03), o espaço social “é construído sobre a base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto de propriedades que agem no universo social considerado”. A sua diferença em relação à noção de campo, é que no espaço social, a capacidade destas propriedades de se impor aos indivíduos do campo está se estruturando.

¹⁶ O fato de o Investimento Sustentável ser considerado o pólo dominado no campo das finanças pode ser comprovado pela sequencia de afirmações explícitas, na ocasião da crise financeira iniciada em 2008, por parte de seus protagonistas em prol da transformação das finanças sustentáveis na forma *mainstream* de pensar o mercado financeiro. (Para ver estas afirmações, ver Sartore, 2010, pp. 156-159)

Se afunilarmos ainda mais a nossa análise, podemos perceber que tanto o ISE, quanto a Bolsa Verde são compostos por conselhos os quais definem a sua forma e conteúdo. A probabilidade de existência de conselhos com a participação de grupos heterogêneos (pelo menos à primeira vista) aumenta, pois as questões relacionadas à sustentabilidade empresarial implicam na idéia de ouvir os diversos públicos interessados.

Os conselhos podem ser considerados como um espaço social específico “onde diferentes tipos de capitais acumulados pelos indivíduos estão em jogo” (Lebaron, 2008, p. 123). Os conselhos aparecem como o que Bourdieu e Boltanski (1976) chamam de *lieu neutre*, o qual produz um efeito de objetividade garantido pela estrutura eclética do grupo e pela submissão dos interesses particulares aos interesses gerais.

O “*lieu neutre*” corresponde à ideologia oficial de “*colegiado*” que consiste em um lócus para a reprodução da *Ideologia Dominante* (Lébaron, 2008). *Ideologia Dominante* é um termo utilizado por Bourdieu e Boltanski (cf. 1976) para demonstrar que a realidade social é construída por um debate aparentemente heterogêneo, porém, de fato, este debate ocorre em um lugar de dominantes através de uma linguagem também dominante.

Vale a pena citar o estudo de Lébaron (1997) intitulado “os fundamentos sociais da neutralidade econômica” no qual ele desconstrói pelo estudo dos atores sociais, a construção de uma neutralidade econômica no conselho do banco central francês. Baseando-me nesta idéia, observei quatro conselhos de índices de sustentabilidade das bolsas de valores de Nova Iorque, Inglaterra, Johannesburgo e Brasil e pude observar a homogeneidade por trás da aparente heterogeneidade e neutralidade as quais legitimam a atuação destes conselhos enquanto *lieu neutre*. (Sartore, no prelo).

Para analisar tanto o campo financeiro, o espaço das práticas sociais dos empresários ou ainda, os espaços sociais dos conselhos, é necessário considerar os diferentes tipos de capitais dos diferentes atores sociais que compõem o jogo. O fato de que estes capitais são acumulados a partir das trajetórias dos indivíduos conduz à análise de dados biográficos. Segundo Bourdieu (1986, p.71),

os acontecimentos biográficos se definem tanto pelas posições ocupadas quanto pelas mudanças no espaço social, quer dizer, mais precisamente pelos diferentes estados sucessivos da estrutura de distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado

Estas posições ocupadas pelos atores sociais são definidas pela sua trajetória de vida particular e coletiva (*habitus individual e coletivo*) ao mesmo tempo em que definem as ações dos indivíduos. A ferramenta estatística que possibilita desenhar o campo apresentando as posições ocupadas pelas categorias e pelas propriedades dos indivíduos é a Análise de Correspondência Múltipla (ACM) (Bourdieu e Saint-Martin, 1978; Rouanet, 2005).

Utilizei a ACM com o objetivo de fazer um esboço do espaço das práticas sociais dos empresários considerando: os conselheiros do ISE, a equipe de especialistas que trabalham em sua metodologia, os palestrantes sobre o tema e por fim, os especialistas atuantes na elaboração de relatório sobre o ISR no Brasil para o *International Finance Corporation*, braço privado do Banco Mundial (Sartore, 2012). Ao utilizar a ACM, foi possível observar que os principais fatores que determinam a distribuição dos atores sociais neste espaço são: a cidade onde trabalha, o setor em que atua e o tema em que atua. Ou seja, a trajetória profissional é mais determinante do que a trajetória escolar e o capital social. Esta configuração faz sentido em um contexto no qual as idéias de Investimento Sustentável e seus conceitos ainda são recentes em cursos de pós-graduação e ainda mais raras em disciplinas de graduação. Portanto, o indivíduo só começa a atuar nesta área em uma fase mais tardia de seu desenvolvimento profissional. A aquisição de capital social não opera por associações específicas, pois não existe, por exemplo, uma associação dos analistas de investimentos sustentáveis. A forma de interação dos atores sociais atuantes nesta área são congressos e grupos de trabalho que, apesar de garantir a construção de uma linguagem comum, não possibilita até mesmo pelo seu caráter temporário e efêmero, uma preponderância do capital social na determinação de atuação com ISR.

Estes dados, ainda que preliminares, pois cobrem um período de apenas cinco anos de existência do ISE, apontam para o potencial da sociologia de Pierre Bourdieu no sentido de olhar por detrás das ferramentas de investimento sustentável observando os atores sociais que as constituem através de suas histórias de vida, seus posicionamentos, discursos e atitudes.

Estudos Sociais das Finanças: performatividade das ferramentas

Cada vez mais a sociologia tem direcionado os seus estudos para as ferramentas e objetos econômicos. Por exemplo, existem os estudos sociais das finanças os quais buscam uma abordagem multidisciplinar incluindo a economia, a sociologia, a ciência política, a antropologia da cultura e os estudos da ciência. Paralelamente, na América Latina, há o aparecimento dos *estudios sociales de la economía* também de caráter multidisciplinar e que neste ano organiza a sexta edição de sua jornada de estudos cuja temática versa sobre o caráter social dos processos e objetos econômicos.

As práticas do Investimento Sustentável estão fortemente associadas ao desenvolvimento de metodologias de avaliação e medição da sustentabilidade das empresas. O próprio ISE constitui em um exemplo por excelência da relevância da ferramenta financeira para a criação e expansão do mercado do ISR no Brasil.

A busca da desconstrução das ferramentas e métodos de análise já pode ser encontrada nos autores da sociologia da ciência. Segundo Bourdieu (2004 [2001]), a sociologia da ciência possui três vertentes principais: (1) a estrutural-funcionalista, baseada nos escritos de Merton (1973) os quais Bourdieu critica considerando-a como uma vertente que evidencia a construção da própria ciência utilizando os métodos científicos sem se preocupar em explicar as formas como são resolvidos os conflitos científicos; (2) a ciência e suas revoluções, baseada nos escritos de Kuhn (1972) o qual demonstra que a ciência não é um processo contínuo, mas sim marcado por rupturas e, segundo Bourdieu, este acaba sendo o único mérito desta vertente. Por fim, (3) apresenta a etnografia de laboratório baseada nos escritos de Latour e Woolgar (1979) a qual, segundo Bourdieu, presume que os produtos da ciência “são resultados de um processo de fabricação e que o laboratório, ele próprio um universo artificial e isolado do mundo exterior de muitas formas (...) [e] é o espaço de construção e até mesmo de criação dos fenômenos”. Bourdieu critica esta vertente por não considerar os elementos estruturais e o próprio campo no qual o laboratório e seus participantes estão envolvidos. Para Bourdieu (2004 [2001]), a noção de campo é fundamental para entendermos as estruturas que estão por detrás da produção do conhecimento científico e as ferramentas e métodos devem ser investigados não apenas em

si mesmos, mas também pela reflexão sobre quem o produziu e quais foram os mecanismos sociais que possibilitaram o seu reconhecimento, divulgação e legitimação.

Segundo Preda (2007), com o crescimento das práticas financeiras, alguns sociólogos da ciência mudaram o enfoque de suas pesquisas para o espaço financeiro dando origem aos estudos sociais das finanças. Pesquisadores como Callon e Muniesa (2003) e Mackenzie (2010) priorizam investigar o papel das ferramentas nos mercados, como por exemplo, e respectivamente, o estudo sobre os mercados vistos enquanto dispositivos coletivos de cálculo ou, mais recentemente, a explicação da crise econômica de 2008 pela diferentes culturas de avaliação (*evaluation culture*). Estes autores fazem uso da idéia de performatividade como forma de explicar os fenômenos econômicos.

O conceito de performatividade pertence ao domínio da análise sociológica ao menos desde o século XX, quando o sociólogo Robert K Merton cunhou o termo “Profecia auto-realizante” baseado no teorema de Thomas que diz “Se o homem define uma situação como real, ela será real em suas conseqüências”. (Merton, 1948, p. 193). Deste modo, para Merton, a Profecia auto - realizante consiste em uma falsa definição sobre uma situação a qual cria novos comportamentos os quais acabam por transformar esta falsa definição em uma realidade causal verdadeira. (Merton, 1968).

No que tange os estudos sobre a realidade econômica, Callon (1998) passa a estudar a performatividade da economia, seguido por Mackenzie (2003, 2004) o qual desenvolveu estudos empíricos sobre a performatividade de ferramentas financeiras no mundo das finanças. Em seu artigo sobre a crise financeira de 1987, Mackenzie (2004) aponta para dois tipos de performatividade, a genérica e a austiniana. A primeira afirma que a realidade econômica não deve ser apreendida por categorias pré-estabelecidas, mas sim como resultado das ações dos indivíduos. A segunda afirma que a realidade é tornada verdadeira a partir do discurso que a enuncia. A divisão feita por Mackenzie aponta para o caráter polissêmico do termo “performatividade¹⁷”. Entendendo que a questão da performatividade em si merece ser um tema de um artigo à parte, para fins deste artigo, resalto a importância

¹⁷ As diferentes atribuições ao termo são apresentadas de uma forma mais sistemática por Muniesa e Callon (2008) em artigo sobre a performatividade das ciências econômicas.

de compreender em que medida a questão da performatividade está presente e explica a constituição dos investimentos sustentáveis.

O ISE pode ser considerado como o efeito da crença de que empresas sustentáveis trazem maiores retornos financeiros no longo prazo do que empresas que não adotam tais práticas. Ao mesmo tempo, a sua existência alimentou esta crença, possibilitando a expansão das práticas de investimento sustentáveis.

Creio, seguindo as idéias de Bourdieu (1982), que não somente a existência da ferramenta em si, mas principalmente a linguagem que a exprime tanto numericamente (como no caso do ISE como um índice) quanto substantivamente (como a ideologia do ISE baseada na idéia do *triple bottom line* [lucro, planeta e pessoas]) pela voz de atores-chaves são essenciais para a transformação da realidade social.

O enunciado performativo, ou seja, a pré-visão política é, em si, uma pré-dição que visa trazer à existência o que ela enuncia; ela contribui praticamente para a realidade que ela anuncia pelo fato de enunciá-la, de prevê-la e de fazê-la prever, de torná-la aceitável e acima de tudo, acreditável e de criar assim, a representação e a vontade coletiva que podem contribuir para produzi-la. (BOURDIEU, 1982, p 150).

O ISE pode ser considerado muito mais o resultado da construção de uma crença na potencialidade dos investimentos sustentáveis do que da relação de oferta e demanda no mercado financeiro. Afinal, da mesma forma em que há estudos que comprovam uma relação positiva entre sustentabilidade e rendimentos, há outros que comprovam uma relação negativa, não tendo sido ainda possível a construção de um consenso científico. É neste mesmo sentido que mesmo sem estar comprovada a teoria dos altos rendimentos dos fundos sustentáveis na França, através da explicação pela crença, Gond (2006) compreende a eclosão dos investimentos socialmente responsáveis naquele país.

Ressalto, portanto, a importância dos estudos sociais das finanças no sentido de nos instigar a explorar o papel específico das ferramentas financeiras e o seu potencial performático para a compreensão dos mercados em geral e do financeiro em particular.

Considerações Finais: a Rio +20 e as Políticas Públicas

Após evidenciar algumas manifestações objetivas e apontar o potencial analítico da sociologia econômica e da idéia de performatividade da ferramenta própria aos estudos sociais das finanças, escrevo estas considerações finais na forma de um prólogo, com algumas reflexões sobre as finanças, sustentabilidade e políticas públicas no contexto da realização da conferência Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, de 13 a 22 de junho de 2012.

A Rio+20 foi considerada a continuação dos debates realizados na Conferência das Nações Unidas para o Meio-Ambiente no Rio de Janeiro em 1992, a Eco-92. Ambas são conferências organizadas pelas Nações Unidas e contam com a participação de líderes governamentais, Organizações Não Governamentais, e, principalmente, a partir de 1992, de empresários¹⁸. Trata-se de um ambiente explícito para a formulação de uma agenda pública internacional ligada ao tema da sustentabilidade e da economia verde, considerando que este último consistiu no tema central da conferência deste ano.

Se olharmos para a Rio+20, não apenas como uma conferência, mas também como uma manifestação do campo do poder temporário e objetivo, no qual as estruturas do espaço das práticas sociais dos empresários se manifestam, podemos observar que, se em um primeiro momento, os empresários e financistas não colocavam as questões de sustentabilidade em suas agendas, atualmente, eles constituem o pólo dominante, ou seja, a versão sobre sustentabilidade criada por eles se tornou na linguagem comum do evento¹⁹.

Esta polarização fica evidente, por exemplo, pela publicação do livro de Boff (2012) criticando o modelo-padrão de sustentabilidade adotado pela conferência, baseada no tripé meio-ambiente, sociedade e economia (modelo que é propagado pelos empresários e financistas). Outra evidência é a passeata de mulheres e organizações da sociedade civil contra a economia verde e por uma economia solidária e feminista, durante a Rio+20 (Andrade, 2012). Ou seja, a conferência possibilitou que outras ideias sobre as formas de organização do mercado opostas às associadas à economia verde entrassem em cena mesmo que ainda seja difícil medir o potencial transformador destas alternativas.

¹⁸ Foi após a Eco-92 que duas instituições empresariais com foco no meio-ambiente foram criadas: a Fundação para o Desenvolvimento Sustentável e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável.

¹⁹ Isto não fica apenas evidente neste evento. No caso das eleições presidenciais de 2010, a candidata do partido verde, Marina Silva tinha como vice-presidente, Guilherme Peirão Leal, um dos fundadores do Instituto Ethos de Responsabilidade Social, ou ainda a candidatura de Ricardo Young, outro fundador do Instituto Ethos para senador. Estas candidaturas mostram a tentativa de migração das idéias de sustentabilidade empresarial do campo organizacional para o campo político.

Apesar do livro de Boff ser um indicativo de uma nova polarização entre uma vertente dominante de sustentabilidade e outra “dominada”, o que recebeu maior foco de atenção da mídia é o modo de participação dos diferentes atores sociais na formulação do documento “o futuro que queremos”. Tudo leva a crer que estamos diante de uma formulação de agenda pluralista, a qual, se consideramos a literatura em políticas públicas, pode ser explicada pelo modelo do *Advocacy Coalition Framework* (ACF).

Segundo Sabatier e Jenkins-Smith (1999), a ACF possui cinco pressupostos básicos: O primeiro é o de que existe um papel central dado à informação técnica e científica no processo de políticas públicas. No caso da Rio+20, esta centralidade fica explícita pelo pronunciamento em relatório das Nações Unidas pela necessidade de bases científicas para as propostas de governança e desenvolvimento sustentável as quais incluem a precificação de ativos ambientais (Nações Unidas, 2012) ou ainda, aparece na recomendação de cientistas para a criação de um novo cálculo para o Produto Interno Bruto, considerando questões de sustentabilidade (Chiaretti, 2012a) Um segundo ponto é que a perspectiva de um período de dez anos ou mais é necessária para entender a mudança na política pública. O terceiro ponto é o de que existe um subsistema de políticas públicas que é a unidade primária de análise. Um quarto aspecto, é o fato do conjunto de atores sociais não serem apenas membros do governo, mas também cientistas, consultores, mídia. Na conferência Rio+20, existiu a preparação de documentos e políticas (*policy*) por parte dos políticos e intelectuais (Chiarelli, 2012b), Industriais (Polito e Ennes, 2012), Empresas (Magri ET all, 2012) e Finanças (Pinho, 2012), cada qual com a sua perspectiva sobre as práticas que devem ser desenvolvidas em termos de sustentabilidade, dando a aparência de que funciona como um lieu neutre. O quinto e último aspecto do modelo do ACF, pressupõe que programas e políticas públicas são traduções de crenças. Por exemplo, no caso específico das finanças, houve um painel sobre finanças sustentáveis cujos temas principais estavam associados às questões de financiamento [Regulação, autorregulação e o papel das agências multilaterais de Financiamento para a Sustentabilidade no Sistema Financeiro] e [Riscos e oportunidades no financiamento da transição para uma Nova Economia, ambientalmente sustentável e socialmente inclusiva] ou à manifestação da bolsa de valores do Estado de São Paulo em obrigar publicação do relatório de sustentabilidade de todas as empresas listadas (Ennes,

2012). Estes debates e pronunciamentos expressam a crença específica dos atores sociais ligados às finanças e uma análise mais aprofundada de conteúdo pode-nos indicar o processo sociológico da transformação destas crenças em proposições de políticas públicas.

Este breve exercício de associação entre um modelo teórico em políticas públicas e a realidade na Rio+20 contribui para a elaboração de duas proposições que serão brevemente descritas a seguir, sugerindo novas possibilidades de pesquisa:

A primeira é a possibilidade de aproximação da teoria de campo de Pierre Bourdieu, mais especificamente, da idéia de neutralidade socialmente constituída em um conselho (ou em uma conferência) com a ACF para compreender o processo de formulação de uma agenda pública. Em ambos os casos, o longo período de análise considerado e as coalizões e disputas dos atores sociais possibilita a compreensão da formação de estruturas que influenciam e são influenciadas pelas crenças as quais são transformadas em políticas públicas. Neste sentido, a teoria do campo, considerando os diversos campos e sua relação com o campo do poder, possibilita a compreensão desta tradução da crença em política pública.

A segunda é a constatação de que o espaço da conferência visto como uma manifestação do campo do poder, ainda que temporal e efêmero, pode servir de base para compreender o grau de autonomia ou de heteronomia do espaço das práticas sociais dos empresários (e também dos cientistas, por exemplo) em relação ao campo político e econômico. Ou seja, quando nos referimos ao conceito de sustentabilidade empresarial predominante, o qual pouco a pouco, se mescla com o conceito de desenvolvimento sustentável exposto nas conferências das Nações Unidas, ficamos diante de uma questão importante: Estaríamos diante de uma inversão de forças no campo econômico e no campo das finanças, em uma circunstância na qual os dominados querem ser dominantes utilizando ferramentas de cálculo para legitimarem a sua ação e conseguirem mudar o balanço de forças, ou estaríamos diante da incorporação da crítica pela economia e pelas finanças, trazendo os pressupostos da sustentabilidade para as suas ferramentas pré-existentes metamorfoseando-se no que atualmente é conhecido por economia verde? Em outras palavras, cabe à sociologia compreender se estamos diante de uma mudança de paradigma

trazida pelos desafiadores do campo, ou estamos diante de uma manutenção da ordem pela incorporação da crítica feita a ela?

Acredito que as ciências sociais, e a sociologia em particular, estão diante de desafios apresentados por novos objetos econômicos e necessita combater a amnésia da gênese a qual, segundo Bourdieu (2005[1997]), “favorece o acordo imediato entre o subjetivo e o objetivo, o que torna um dado econômico em algo a-histórico e, portanto, universal e natural”. Ao fazê-lo contribui para uma análise mais ampla e multidisciplinar dos objetos econômicos e, particularmente, daqueles no âmbito das finanças sustentáveis, os quais cada vez mais fazem parte de nosso cotidiano e de nossa percepção sobre, não somente a economia, mas principalmente sobre outras esferas da vida social.

Referências Bibliográficas

Andrade, J. Mulheres fazem passeata contra a economia verde no centro do Rio. *Agência Brasil*. 18.06.2012. Disponível em <<http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2012-06-18/mulheres-fazem-passeata-contr-a-economia-verde-no-centro-do-rio>> Acesso em 24 de agosto de 2012.

Baker, W. The social structure of a national securities market. *American Journal of Sociology*. v. 89, pp. 775–811, 1984.

Bevilacqua, S. Fundo Ethical tem rendimento 30% superior ao Ibovespa. *Terra Invertia*. 25.11.11. Disponível em <<http://invertia.terra.com.br/sustentabilidade/noticias/0,,OI5488319-EI10411,00-Fundo+Ethical+tem+rendimento+superior+ao+IBovespa.html>> Acesso em 17 de agosto de 2012.

BNDES. *Programa Fundo Clima*. 2012. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Fundo_Clima> Acesso em 17 de agosto de 2012.

BM&F BOVESPA. *Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE*. 2012a. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br>> Acesso em 23 de agosto de 2012.

BM&FBOVESPA. *Índice de Carbono Eficiente*. 2012b. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/ICO2.pdf>> Acesso em 23 de agosto de 2012.

Boff. L. *Crítica ao modelo padrão de sustentabilidade*. 29.01.2012. Disponível em <<http://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/29/critica-ao-modelo-padrao-de-sustentabilidade/>> Acesso em 24 de agosto de 2012.

Bourdieu, P; Boltanski, L. La production d'idéologie dominante. *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*. Paris, n.8-9, pp. 4-76, 1976.

Bourdieu, P; Saint-Martin, M. Le Patronat. *Actes de La Recherche en Sciences Sociales* Paris. n. 20-21, pp. 3-82, Março/Abril de 1978

Bourdieu, P. Décrire et prescrire: les conditions de possibilité et les limites de l'efficacité politique. *Ce que parler veut dire – l'économie des échanges linguistiques*. Ed. Fayard, 1982.

_____, P. Espace Social et Genèse des 'Classes'. *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*. Paris. n. 52-53, pp. 3-15, Junho de 1984.

_____, P. L'illusion Biographique. *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, Paris. n. 62-63, pp. 69-72, Junho de 1986.

_____, P. *Para uma sociologia da ciência*. Edições 70: Lisboa. (2004 [2001]).

_____, P. O Campo Econômico. *Política e Sociedade*. Florianópolis. v.06, 2005 [1997].

Brito, C; Desmartin, J-P; Lucas-Leclin, V; Perrin, F. *L'investissement Socialement Responsable*. Paris: Economica, 2005.

BVRio. *A BVRio*. 2012. Disponível em <<http://www.bvrio.org/site/index.php/abvrio>> Acesso em 17 de agosto de 2012.

Callon, M. Introduction: the embeddedness of economic markets in economics. *The laws of the market*. Oxford: Blackwell, 1998.

Callon, M., Muniesa, F. Les marchés économiques comme dispositifs collectifs de calcul. *Réseaux*. v.21, n.122, pp. 189-233, 2003.

Cetina K. K; Preda, A. (eds) *The Sociology of Financial Markets*. Oxford: Estados Unidos, 2005.

Chiaretti, D. Rio+20 deveria lançar "novo PIB", sugerem cientistas. *Jornal Valor Econômico*. 06.03.2012a.

Chiaretti, D. Grupo de políticos e intelectuais preparam críticas à Rio+20. *Jornal Valor Econômico*. 07.03.2012b.

Dadono, P. Responsabilidade social ultrapassa o Ibovespa médio. *Gazeta Mercantil*. 23.04.2002. Disponível em <http://www.aaam.com.br/fundo_ethical/ethical_midia.shtm#> Acesso em 04 de Março de 2009.

Déjean, F. *L'investissement socialement responsable – étude du cas français*. Paris: Vuibert, 2005

Dias, N. M. *Fundos de Investimentos Éticos no Brasil – valores financeirizados?* Florianópolis: UFSC. 232p. 2008. Dissertação de Mestrado.

Ennes, J. BM&FBovespa pode obrigar publicação de relatório de sustentabilidade. *Jornal Valor Econômico*. 18.06.2012.

Eurosif. *European SRI Study*. Ed. Alpha Omega. 2010. Disponível em <http://www.eurosif.org/images/stories/pdf/Research/Eurosif_2010_SRI_Study.pdf> Acesso em 16 de agosto de 2012.

Giamporcaro, S. S. *L'investissement socialement responsable entre l'offre et la demande: analyse et enjeux de la construction sociale d'une épargne politique*. 13 de julho de 2006. Tese de Doutorado em Sociologia, Université René Descartes Paris V. 2006.

Gnaccarini, I. Brasil Investe em Finanças Sustentáveis na Rio + 20. *Mercado Ético*. 14.06.2012. Disponível em <<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/brasil-investe-em-financas-sustentaveis-na-rio20/>> Acesso em 13 de agosto de 2012.

Godechot, O. Concurrence et Coopération sur les marchés financiers. Les apports des études sociales de la finance. In STEINER P; VATIN, F. *Traité de sociologie économique*, PUF, Quadrige, Paris, pp. 609-645, 2009.

Gond, J.-P. Construire la Relation (Positive) Entre Performance Sociétale et Performance Financière: De la Performativité à Autoréalisation? *Revue d'Economie Financière*. Paris, v. 85, pp. 63-79, 2006.

Grün, R. A Evolução Recente do Espaço Financeiro no Brasil e Alguns Reflexos na Cena Política. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, pp. 5 a 47, 2004.

GVCes. *Carteiras e questionários do ISE*. 2012. Disponível em <<http://gvces.com.br/index.php?r=site/conteudo&id=63>> Acesso em 23 de agosto de 2012.

Investidor Institucional. *Muito Além dos Fundos Verdes*. *Investidor Institucional*. 31.05.12. Disponível em <<http://www.investidorinstitucional.com.br/index.php/reportagens->

especiais/destaque-especial/10968-muito-alem-dos-fundos-verdes.html> Acesso em 23 de agosto de 2012.

Junior, E. L. Um balanço da Sociologia Econômica Brasileira (2000-2010). *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia*. Curitiba, 2011.

Keefe, J.F. Sustainable Investing as an Emergent Investment Discipline. *Sustainable Investing Conference Keynote*. 2008. Disponível em <http://www.socialfunds.com/page.cgi/sustainable_investing.html> Acesso em 16 de agosto de 2012.

Kinder, P.D; Domini, A. L. Social screening: paradigms old and new. *The journal of investing*. v.06, n.04, pp.12-19, 1997.

Kumar, R; Siddy, D. *Sustainable Investment in Brazil 2009*. International Finance Corporation: Washington, 2009.

Kuhn, T.S. *La structure des révolutions scientifiques*, Paris: Flammarion, 1972.

Latour, B; Woolgar, S. *Laboratory Life. The Social Construction of Scientific Facts*. Londres: Sage, 1979.

Lebaron, F. Les fondements sociaux de la neutralité économique . *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 116-117, pp. 69-90, mar. 1997.

Lébaron, F. Central bankers in the contemporary global Field of Power: a social space approach in SAVAGE, M and WILLIAMS, K. *Remembering Elites* Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

Lieber, R. Socially Responsible, With Egg on its Face. *The New York Times* 22.08.2008. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2008/08/23/business/yourmoney/23money.html?pagewanted=2&ei=5124&en=6387835f172361b8&ex=1377230400&partner=facebook&exprod=facebook>> Acesso em 16 de agosto de 2012.

Louche, C. *Ethical Investment: processes and mechanisms of institutionalization in the Netherlands 1990-2002*. Universidade de Roterdão. 355p. 2004. Tese de Doutorado.

Louche, C; Lydenberg, S. Investissement Socialement Responsable: différences entre Europe et Etats-Unis. *Revue D'Economie Financiere- L'Investissement Socialement Responsable*. n.85. pp. 81-106, 2006.

Mackenzie, D. An equation and its worlds: bricolage, exemplars, disunity and performativity of financial economics. *Social Studies of Science*. v.33, n.06, 2003.

Mackenzie, D. The big, bad wolf and the rational market: portfolio insurance, the 1987 crash and the performativity of economics. *Economy and Society*. v.33, n.03, 2004.

Mackenzie, D. The credit crisis as a Problem in the Sociology of Knowledge. *Working Paper*. 2010. Disponível em <http://www.sps.ed.ac.uk/__data/assets/pdf_file/0019/36082/CrisisRevised.pdf> Acesso em 04 de novembro de 2010.

Magri, C; Lian, H; Itacarambi, P. et all. *Para a construção do futuro que queremos- compromissos, demandas e propostas*. Ethos, 2012.

Marcondes, A. W; Bacarji, C. D. *ISE- Sustentabilidade no Mercado de Capitais*. São Paulo: Editora Report, 2010.

Merton, R. K. The self fulfilling profecy. *The Antioch review*. v.8, n.2, pp.193-210, 1948.

_____, R. K. *Social Theory and Social Structure*. New York: Free Press. 1968.

_____, R. K. The ambivalence of scientists. *The sociology of science, Theoretical and Empirical Investigations*. Chicago: University of Chicago Press. pp. 383-418, 1973.

Minella, A. C. O Discurso Empresarial No Brasil: Com a Palavra os Senhores Banqueiros. *Ensaio FEE*, Porto Alegre/RS, v. 14, n. 2, pp. 505-546, 1994.

Minella, A. C. Bancos e banqueiros no Brasil: uma análise sociopolítica. In: Mondadore, A.P.C.; Neto, A.J.; Leite, E. S.; Jardim, M.A.C.; Sartore, M. S. (Orgs.). *Sociologia Econômica e das Finanças: um projeto em construção*. São Carlos: EDUFSCar, pp. 275-297, 2009.

Moraes, C. B. G. *Carta aos agentes financeiros públicos – SUP/AOI -028/2012*. 13.02.2012. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/CartaAOI_28_12.pdf> Acesso em 17 de agosto de 2012.

Müller, L. H. A. *Mercado exemplar: um estudo antropológico sobre a Bolsa de Valores*. 1. ed. Porto Alegre: Zouk, v. 1. 173p. 2006.

Muniesa, F; Callon, M. La performativité des sciences économiques. *CSI working papers series N 10*. 2008. Disponível em <http://hal.archivesouvertes.fr/docs/00/25/81/30/PDF/WP_CSI_010.pdf> Acesso em 01 de setembro de 2010.

Nações Unidas. Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global (2012). *Povos Resilientes, Planeta Resiliente: um Futuro Digno de Escolha*. Nova York: Nações Unidas.

Pinho, M. Área Financeira lança projetos na conferência. *Jornal Valor Econômico*. 15.06.2012.

Podolny, J. Networks as the pipes and prisms of the market. *American Journal of Sociology* v107, n 1, pp. 33–60, 2001.

Preda, A. The sociological approaches to financial markets. *Journal of Economic Surveys*. v21, n03, pp. 506-533, 2007.

Previdência Sustentável. Critérios de Exclusão. *Previdência Sustentável*. 2012. Disponível em <<http://www.previdenciasustentavel.com.br/pdf/criterios-de-exclusao.pdf>> Acesso em 23 de agosto de 2012.

PRI. *Signatories to the Principles for Responsible Investment*. 2012. Disponível em <<http://www.unpri.org/signatories/index.php?country=Brazil>> Acesso em 24 de agosto de 2012.

Polito, R e Ennes, J. CNI apresenta ao governo iniciativas de sustentabilidade do setor. *Jornal Valor Econômico* 14.06.2012.

Rouanet, H. The Geometric analysis of structures individuals X variables tables. In Greenacre & Blásins. *Multiple Correspondence Analysis and Related Methods*. Chapman & Hill, 2005

Sabatier, P. A; Jenkins-Smith, H. C. The Advocacy Coalition Framework: An Assessment Sabatier, Paul A. *Theories of the Policy Process*. Boston: Wetview, 1999.

Sachs, I. *Rumo à Ecosocioeconomia - teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

Sartore, M. *Convergência de Elites: A sustentabilidade no Mercado Financeiro*. São Carlos: UFSCar. 207 p. 2010. Tese de Doutorado em Ciências Sociais.

Sartore, M. O mercado socialmente responsável. *Revista de Espaço, Diálogo e Desconexão (REED)*. v04, n.02, Jan/Jul 2012.

Sartore, M. A Sociologia dos índices de Sustentabilidade. *Tempo Social*. No prelo.

Scharf, R. Galindo, P. Critérios éticos para nortear investimentos. *Gazeta Mercantil*. 06.09.2001
<Disponível em http://www.aaam.com.br/fundo_ethical/downloads/Gzm0901.pdf> Acesso em 04 de Março de 2009

Strandberg, C. *Best Practices in Sustainable Finance*. 06.2005. Disponível em <[http://www.corostrandberg.com/pdfs/Sustainable%20Finance%20-%20Best %20 Practices .pdf](http://www.corostrandberg.com/pdfs/Sustainable%20Finance%20-%20Best%20Practices.pdf)> Acesso em 13 de agosto de 2012

Sweedberg, R. Sociologia Econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social*. São Paulo: USP, v.16, n.02, 2004.

Tombini, A. *Discurso do Presidente Alexandre Tombini no Evento Finanças Sustentáveis na Rio +20*. 13.06.2012. Disponível em <www.bcb.gov.br/?TEXTO634751972403> Acesso em 23 de agosto de 2012.

US SIF. *Sustainable and Responsible Investment facts*. 2012. Disponível em <<http://ussif.org/resources/sriguide/srifacts.cfm>> Acesso em 16 de agosto de 2012.

Veiga, J. E. *Economia Socioambiental*. S. Paulo: Senac, 2009

Vieira, C. Fundo Ethical mostra a melhor performance do portfólio do ABN. *Valor Econômico*. 24/09/2002. Disponível em <http://www.aaam.com.br/fundo_ethical/ethical_midia.shtm#> Acesso em 04 de Março de 2009.

Wiedeman-Goiran, T. Modèles Sociaux et ISR. *Revue D'Economie Financiere-L'Investissement Socialement Responsable*. n.85, pp. 19-28, 2006.

Wiltgen, J. Os 100 maiores fundos de pensão do Brasil. *Revista Exame*. 15.08.2012. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/aposentadoria/noticias/os-100-maiores-fundos-de-pensao-do-brasil>> Acesso em 17 de agosto de 2012.

World Wildlife Fund; BankTrack. *Shaping the future of sustainable Finance-moving from papers promises to performance*. 2006. Disponível em <<http://assets.wwf.org.uk/downloads/sustainablefinancereport.pdf>> Acesso em 13 de agosto de 2012.